

Análise linguística na escola: relato de experiência sobre o ensino de Gramática na sala de aula do Ensino Fundamental

Filipe Emanuel da Silva Henriques¹

Pedro Rodrigues Barbosa²

RESUMO:

O presente texto é resultado de uma experiência de estágio desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre a análise linguística na escola e o ensino de Gramática nas salas de aula do Ensino Fundamental. Nesse sentido, os objetivos da investigação estão relacionados a uma análise reflexiva sobre o ensino de Língua Portuguesa a partir das vivências observadas no contexto escolar. Para que os objetivos fossem cumpridos, observou-se, primeiramente, as noções acerca do surgimento da Gramática, como em Suassuna (2020) e Geraldi (1984). Além disso, ao longo do texto, notou-se a necessidade de se discutir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como um mecanismo de alteração e de inserção da análise linguística nas salas de aula e a busca por atualização no que se refere ao trabalho docente (TRAVAGLIA, 2004), bem como a questão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a sua efetividade com relação ao ensino de Gramática. Os resultados do relato de experiência dizem respeito a desafios para o ensino de gramática numa perspectiva produtiva e reflexiva, além do incentivo à formação continuada de professores, haja vista as experiências observadas no estágio supervisionado.

PALAVRAS-CHAVE: Análise linguística. Ensino. Gramática. Relato de experiência. Estágio.

1. INTRODUÇÃO

O surgimento da Gramática se deu por volta do século II a.C., por meio das reflexões do filósofo grego Dionísio, com a tentativa de se criar um instrumento cujo foco era o de prescrever um conjunto de regras, baseado em um estatuto de língua e de cultura à época. Esse aspecto, ao longo do tempo, foi sendo expandido a partir de outras culturas, de maneira que fosse possível analisar sentenças sem se considerar o contexto de uso da língua.

Diante dessa perspectiva, observou-se, ao longo do tempo, uma variação no ensino de Gramática, principalmente no que diz respeito ao valor da Gramática no ensino de Língua Portuguesa. Geraldi (1984) apontou mudanças na maneira de se ensinar e de se refletir sobre a

¹Discente do curso de Letras – Português na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: filipemanuel2001@gmail.com

²Discente do curso de Letras – Português na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: pedrorodriguesb173@gmail.com

língua materna, propondo considerar aspectos como a leitura, a escrita e, também, a análise linguística (SUASSUNA, 2020). Logo, o lugar da Gramática Normativa foi sendo alterado no decorrer dos anos, haja vista o lugar de privilégio que esse ensino ocupava. Isso se deve, principalmente, ao contexto de formação histórico-tradicional e à formação de docentes de Língua Portuguesa, sendo esse o principal desafio para os professores atualmente. Como ensinar Gramática por meio de uma perspectiva produtiva, de modo que os alunos discutam não só os conceitos, mas também reflitam sobre o uso da língua?

É buscando responder a essa e a outras perguntas que o presente relato de experiência discute não só como o ensino de Gramática está presente atualmente, mas também compreendendo que tal perspectiva é – ainda – um desafio para os professores que estão em formação, como também para aqueles que já estão há algum tempo em atuação e, por fim, para aqueles que pesquisam e investigam sobre esse assunto. Sendo assim, a compreensão da análise linguística na sala de aula e na formação dos discentes são pontos chave para a discussão deste relato de experiência, além da valorização de aspectos relacionados à tradição sobre a língua, como a valorização da escrita e a desvalorização de outros elementos que compõem o ensino de língua materna, como a leitura, a oralidade e a reflexão sobre o uso da língua.

Diante dessas análises, é interessante ressaltar um estudo de Silva e Silva (2019), o qual investigou, a partir de observações em sala de aula de 9º ano do Ensino Fundamental, as experiências do ensino de Gramática por meio de uma entrevista semiestruturada com um professor que atua nessa modalidade de ensino. A pesquisa foi realizada com o docente buscando compreender as experiências de ensino no que tange à Gramática, mas também analisando os contextos em que esse educador era aluno. Os resultados da pesquisa apontaram para dificuldades e desafios no desprendimento do ensino de gramática numa perspectiva tradicional. Além disso, o docente entrevistado, em suas aulas, partia da apresentação do conceito, seguido da regra, indo ao exemplo e chegando, finalmente, ao exercício prático. Logo, nota-se que o ensino era tradicional e pouco produtivo, revelando a importância de se ter, ainda na atualidade, um aprimoramento do ensino de Gramática. Os resultados não só revelaram uma perspectiva tradicional do ensino, como também apontaram para desafios, principalmente no tocante à formação inicial e continuada do professor.

É diante dessa análise que o presente estudo busca ser alocado, já que se pretende, ao longo das próximas seções, discutir em que medida está o ensino de Gramática, buscando, a partir de uma experiência de estágio supervisionado em Língua Portuguesa nos 8º e 9º anos

do Ensino Fundamental, investigar a análise linguística na sala de aula, compreendendo e observando se o professor supervisor valoriza, em suas aulas, a norma/regra ou se ele permite o aluno compreender e refletir sobre a língua que se estuda, com vistas a relacionar as práticas de linguagens com a leitura e escrita nas classes.

2. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A partir da democratização do ensino, nas décadas de 1950 e 1960, as diferentes classes sociais começaram a ingressar na escola, haja vista a criação de políticas e o acesso universal e gratuito à pré-escola e aos ensinos fundamental e médio, além da educação superior. Mattoso Câmara Jr., um dos principais pensadores à época, começa a discutir sobre o ensino da língua materna, principalmente devido à inserção da Linguística nas universidades. O autor investigou os “erros gramaticais” e concluiu que tais variações não eram mais desvios, mas sim inovações pelas quais a língua passava naquele momento (ILARI, 1989; OLIVEIRA, 2010).

Com o avanço do campo da Linguística, novas perspectivas acerca do ensino de Língua Portuguesa foram surgindo, como a sociolinguística interacionista, buscando investigar e compreender o uso da língua e as interações sociais. Tal ramo da linguística visa analisar a língua como uma interação, não como um instrumento de comunicação, surgindo assim o conceito de Análise Linguística (SILVA; SILVA, 2019).

A partir dessas análises e considerando as questões da democratização do ensino, é importante considerar os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 1998), que tinham o objetivo de “reestruturar e fundamentar o ensino de Língua Portuguesa, assegurando aos discentes, de fato, a aprendizagem das práticas sociais de leitura e da escrita” (SANTOS, 2019, p. 14). Nesse sentido, nota-se a relevância desse documento, de maneira a garantir não só o desenvolvimento do indivíduo, mas também a sua compreensão como cidadão, que atua e integra a sociedade onde ele é inserido. Para Travaglia (2004), os PCNs foram um importante documento no que tange ao ensino de Língua Portuguesa. Isso porque

o que os PCNs propõem acarreta um rompimento com certas tradições do ensino/aprendizagem de língua e força o professor a uma busca de atualização. É aquela coisa que falei do estudo constante, mesmo fora de cursos. Isto evidentemente mexe com certas condições de trabalho, ataca determinadas posições em que nos acomodamos (como, por exemplo, a de que precisamos ensinar metalinguagem, teoria linguística/gramatical) e que sem dúvida são confortáveis. Os PCNs obrigam-nos a estudar, a rever

posições, a usar criatividade para fazermos algo de forma diferente e para fins que não são aqueles que sempre julgamos inarredáveis. É preciso convir que tudo isto gera inquietação, polêmica, defesas e ataques. Mas tudo isto é muito saudável para nós enquanto professores e enquanto seres humanos, cidadãos que queremos instaurar melhores condições de existência para todos (TRAVAGLIA, 2004, p. 3).

Portanto, a importância de documentos basilares da educação diz respeito não só à formação do aluno como um cidadão crítico, mas também, principalmente, à formação de professores, haja vista a noção tradicional que se tem do ensino e ao incentivo à formação inicial e continuada. Com o passar do tempo, a partir da publicação dos PCNs, muitos pesquisadores começaram a pensar como seria um ensino de Língua Portuguesa pautado na realização e no desenvolvimento de atividades de reflexão sobre o uso da língua e suas propriedades, além das atividades metalinguísticas, como a observação dos fenômenos linguísticos envolvidos por meio de práticas do discurso (BRASIL, 1998). Notou-se, principalmente, a inserção da análise linguística na sala de aula, que tinha como foco a “reflexão sobre recursos linguístico-textual-enunciativos, tanto em relação à compreensão e produção de textos orais e escritos, quanto em relação à descrição do sistema da língua” (BEZERRA; REINALDO, 2020, p. 20). Nesse sentido, observou-se, ao longo do tempo, lacunas no que tange a esse ensino, justamente pelo fato de haver uma articulação entre a reflexão da língua, os aspectos gramaticais, a oralidade e as práticas discursivas de linguagem.

Com a expansão da área da Linguística e com a formação continuada de professores, muitos pesquisadores começaram a discutir sobre o ensino de Língua Portuguesa e os currículos de formação de alunos. Apesar de se ter um documento que, na teoria, discute sobre novas perspectivas acerca do ensino, na prática o que se observa é um privilégio sobre o ensino tradicional e normativo sobre a língua, o que revela a importância de documentos que abordem na prática e que conduzam o docente a instigar e a despertar, no aluno, reflexões sobre a língua na qual é falada, escrita, oralizada e, principalmente, discutida. É buscando compreender tais conceitos que surge, a partir de 2017, a *Base Nacional Comum Curricular*.

Com o objetivo de alterar aspectos e defasagens acerca da educação e, principalmente do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo documento tem caráter normativo, visa a uma série de conhecimentos essenciais cujos estudantes da educação básica devem ter o direito de aprender. Tal documento aponta atualizações em todas as áreas de ensino, sendo amparado por documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 2018).

A partir dessa análise

espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental (BRASIL, 2018, p. 8).

Na área de Língua Portuguesa, foco do presente estudo, principalmente no contexto do Ensino Fundamental, a BNCC discute que, nos anos finais dessa modalidade de ensino,

os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas (BRASIL, 2018, p. 139).

A partir dessa reflexão, há, nesse documento, uma tentativa de se aproximar daquilo que seja importante para uma *aula de português*: uma reflexão sobre o funcionamento da língua. Mesmo que o documento seja importante no que tange ao ensino e às variações sobre o uso da língua, não há uma especificação de como se darão as práticas docentes na sala de aula. Observou-se, também, uma ausência de explicação/conceituação/contextualização sobre o que é Gramática e a sua importância nas aulas de Língua Portuguesa, o que revela inconsistências no documento. Nesse sentido, para Brunieri (2022), “percebe-se claramente que gramática e seu ensino pautam-se sobre a Gramática Tradicional e Normativa” (p. 25-26).

Diante desse aspecto, nota-se, a partir de algumas incoerências que a BNCC apresenta, as quais foram abordadas de maneira não detalhada, já que esse não é o foco deste trabalho, que o ensino de Língua Portuguesa e a chamada Análise linguística são elementos que ainda sofrem mudanças, isso por causa de uma ausência de formação continuada de professores e, principalmente, pelo privilégio no ensino tradicional de Gramática. Esses fatores já eram discutidos por pensadores da Linguística, como Possenti (1996), que revelou que o ensino do português deveria deixar de ser visto como a transmissão de conteúdos prontos, ou seja, ensino deveria ser subordinado à aprendizagem.

3. PERCURSO METODOLÓGICO DE INVESTIGAÇÃO: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O presente trabalho concerne em um relato de experiência por parte de dois estagiários que estão cursando Licenciatura em Letras-Português na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no período 2022/1. O estágio foi realizado em turmas de 8º e 9º anos de Ensino Fundamental, as quais possuíam, aproximadamente, 25 alunos, em uma escola pública da cidade de Juiz de Fora – MG.

A instituição em questão é uma escola pública, localizada numa região afastada do centro da cidade, possuindo em média 500 alunos matriculados, do 1º ao 9º ano. As aulas acontecem nos turnos da manhã e tarde.

Os dados aqui apresentados são resultado de observação das práticas de ensino adotadas pela docente-supervisora em suas aulas de Língua Portuguesa, com o objetivo de analisar o ensino de Gramática nas classes. A referida docente, à época, tinha 40 anos de experiência em sala de aula, além de ter se aposentado em uma rede estadual de ensino.

As observações nas salas de aula do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental foram realizadas nos períodos de maio a junho de 2022, totalizando 60 encontros tanto de aulas, como de correção de materiais e elaboração de atividades de intervenção, que foram ações exigidas pela docente que ministra as disciplinas de estágio.

Nesse contexto, a análise dos dados está correlacionada às experiências desenvolvidas pelos estagiários e, principalmente, pela observação dos conceitos abordados pela professora-supervisora do estágio.

4. OBSERVAÇÕES ANALISADAS: ENSINO DE GRAMÁTICA EM UMA PERSPECTIVA TRADICIONAL

Por meio da inserção na escola em que se deu o estágio supervisionado em Língua Portuguesa, observou-se que a docente, nas aulas de Gramática, utilizava de uma perspectiva tradicional para explicar aos seus alunos como se classificavam algumas expressões. A docente questionava os discentes sobre os conceitos e, quase que rapidamente, os alunos tinham de responder, como se fosse um “treinamento”, para o que vinha depois: a análise de algumas expressões isoladas.

É interessante ressaltar que, nas aulas de observação, acontecia uma contextualização da regra gramatical, seguida de um exemplo e, logo depois, uma lista de exercícios era disponibilizada no quadro negro da sala, fazendo com que os alunos copiassem e colassem em seu caderno aquilo que era disponibilizado. Nessas aulas, não havia uma reflexão sobre o uso da língua, nem mesmo um texto de apoio para que os alunos pudessem compreender que

aquela atividade tinha uma contextualização/análise. Observou-se, também, um cansaço por parte dos alunos nessas aulas, isso porque não havia um diálogo ou uma conversa da docente com os alunos, mas sim uma exposição de ideias e conceitos que, ao final, não possuíam nenhum objetivo aparentemente, nem mesmo linearidade para os alunos.

Outro aspecto relevante de ser observado é a ausência de livros didáticos para os alunos. Nas aulas em que esse recurso era utilizado, a docente dividia a sala em pequenos grupos e solicitava que eles abrissem o livro em uma determinada página, sem contextualizar do que se tratava ou sobre qual conteúdo seria abordado no material didático.

Essas observações apontam para uma metodologia tradicional de ensino, baseada numa visão de que ensinar Português é ensinar Gramática, o que é um equívoco na visão de alguns pensadores. Antunes (2003) pontua que o docente precisa garantir a sua *autonomia didática*, assumindo-se como um especialista no assunto, principalmente no que tange à educação linguística. Para que isso aconteça, de fato, deve existir um estímulo e incentivo para que o docente tenha esse apoio pedagógico, fazendo com que ele supere os limites de uma simples aula de Gramática. A pesquisadora vai além ao refletir que a autonomia docente também está relacionada à realização de “um trabalho crítico, diferenciado e comunicativamente relevante” (ANTUNES, 2003, p. 170). Diante desses apontamentos, nota-se que as experiências da docente supervisora no estágio em questão contemplam não só o trabalho com a Gramática numa perspectiva tradicional, mas também de uma ausência de formação continuada.

Assim, tais considerações revelam não só caminhos para se pensar no ensino nos dias atuais, mas também nos contextos em que estamos inseridos neste momento: os alunos acabaram de sair de um isolamento social, causado pela pandemia da Covid-19 e, certamente, isso impacta no ensino-aprendizagem de qualquer disciplina, principalmente naquela onde o enfoque principal é a linguagem. Logo, o ensino produtivo, e que faça com que o aluno pense e reflita sobre a língua, é cada vez mais importante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises observadas nas experiências de estágio supervisionado e considerando os documentos basilares da educação básica, há, ainda, muitos percalços e desafios para não só o ensino de gramática numa perspectiva produtiva e reflexiva, mas também no incentivo à formação continuada de professores. Quando se consideram os

documentos oficiais, como os PCNs e a BNCC, observa-se um avanço no que tange à análise linguística e às práticas discursivas de linguagem, porém pouco se discute, nesses documentos, caminhos práticos para se conduzir uma aula de Gramática ou, até mesmo, uma *aula de português*.

Diante disso, o objetivo deste trabalho não foi o de criar um julgamento/crítica das aulas de estágio que foram observadas, mas sim de se pensar e de refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa durante e após a publicação da BNCC. Ficam, assim, alguns questionamentos: será que a criação de um documento basilar, pautado em competências e habilidades que o docente deve cumprir em suas aulas, atende a todas as expectativas com relação ao ensino de Gramática? Pensando nas experiências que a docente — que possui 40 anos de vivência nas salas de aula em escolas públicas — encontrou ao longo da sua formação, será que houve incentivos para a formação continuada dessa professora?

Logo, compreende-se, aqui, que não basta elaborar um documento e dizer aos docentes e às docentes para segui-lo, como é o caso da BNCC, mas há de se ter, pelo menos, maneiras e caminhos de se discutir a inserção desse documento basilar nas aulas (não só de Língua Portuguesa, como também de todas as outras disciplinas), até porque os professores têm de se adaptar a essas mudanças e compreender como elas acontecem na sala de aula.

Nas aulas de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, tendo como base as experiências de estágio vivenciadas nessa modalidade de ensino, observou-se um certo desânimo por parte dos discentes nas aulas de Língua Portuguesa. Isso se deve, principalmente, à ausência de relação e de reflexão do uso da língua. Portanto, nosso objetivo aqui não é de julgar as práticas da docente, mas de compreender se houve mudanças ao longo do tempo. A resposta mais aproximada para essa pergunta é a de que há, sim, alterações no ensino, mas, a partir das experiências vivenciadas, notou-se um privilégio em apresentar um conjunto de regras e normas aos alunos.

Linguistic analysis at school: experience report on the teaching of Grammar in the Elementary School classroom

ABSTRACT:

The present text is the result of an internship experience developed at the Faculty of Education of the Federal University of Juiz de Fora on linguistic analysis at school and the teaching of Grammar in Elementary School classrooms. In this sense, in order to the objectives to be met, the notions about the emergence of Grammar were first observed, as in Suassuna (2020) and Geraldi (1984). In addition, throughout the text, it was noted the need to discuss the National Curricular Parameters (PCNs) as a mechanism for changing and inserting linguistic analysis in classrooms and the search for updating on the part of the teacher (TRAVAGLIA, 2004), as well as the issue of the National Common Curricular Base (BNCC) and its effectiveness in relation to the teaching of Grammar. The results of the experience report relate to challenges for grammar teaching in a productive and reflective perspective, in addition to encouraging the continuing education of teachers, given the experiences observed in the supervised internship. Therefore, the objective of this work was not to create a judgment/criticism of the internship classes that were observed, but to think and reflect on the teaching of Portuguese during and after the publication of the BNCC.

KEYWORDS: Linguistic analysis. Teaching. Grammar. Experience report. Practicum. Internship.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. **Análise linguística: afinal, a que se refere?** 2.ed. Recife: Pipa Comunicação, 2020.

BRASIL. MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRUNIERI, Hermes Talles dos Santos. Base Nacional Comum Curricular e Gramática: das controvérsias do currículo ao ensino de Língua Portuguesa. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22: e1836, 2022. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/brunieri.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. Cascavel/Campinas: Assoeste/Unicamp, 1984.

ILARI, R. **Linguística e Ensino da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

OLIVEIRA, Marionise Vedoy. **Práticas de ensino em Língua Portuguesa no contexto Pós PCN**. 2010. 56p. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Curso de Letras. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31933/000785211.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jul. 2022.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

SALES, R. S.; SILVA, A. da. Ensino de gramática: saberes e práticas mobilizados por um professor de língua portuguesa. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 57, n. 54, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18043>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SANTOS, Domingas Ferreira dos. **O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva do professor: que Gramática devemos ensinar?** 2019. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Curso de Letras. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3899/1/TCC%20domingas%20PDF%20%281%29.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SUASSUNA, Lívia. O ensino de análise linguística por estagiários da licenciatura em Letras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** [online]. 2020, v. 101, n. 257 p. 57-78. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/DfmWCYybgTytWQnX5dVQrq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2022.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna: uma entrevista com Luiz Carlos Travaglia. **ReVEL**. Vol. 2, n. 2, 2004. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_2_entrevista_travaglia.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.